



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
SECRETARIA INTEGRADA DE ATENDIMENTO À GRADUAÇÃO

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco
2 (24/07/2025), às quatorze horas (14h00), na sala de reuniões do DLCV/DLPL,
3 reuniu-se o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Letras-Português para discutir
4 os seguintes pontos de pauta: **1. Informes; 2. Primeira etapa de preparação da**
5 **reunião conjunta NDE/DLCV/DLPL/DFE/DHP/ DME/Colegiado de**
6 **Curso/DAULE, a ser realizada em 18 de agosto de 2025; 3. Definição de texto**
7 **para o ementário das Unidades Curriculares de Extensão do Curso de Letras**
8 **– Português, considerando a Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024.**
9 Estiveram presentes: Prof. Dr. Cirineu Cecote Stein, Coordenador do Curso de
10 Letras - Português; Profa. Dra. Fernanda Rosário de Mello, Vice-Coordenadora do
11 Curso de Letras – Português; Profa. Dra. Ana Cristina Marinho Lúcio, representante
12 do DLCV; Profa. Dra. Mariana Lins Escarpinete, representante do DLPL. Verificada
13 a existência de quórum, o professor Cirineu Cecote Stein, Coordenador do Curso
14 de Letras-Português e presidente deste Núcleo, deu início à reunião agradecendo
15 aos presentes a participação. Em seguida, passou ao ponto **1. Informes.** O
16 professor Cirineu Cecote Stein compartilhou atualizações oriundas da reunião da
17 Câmara de Coordenadores com a PRG, ocorrida em 17 de julho, na qual foi
18 apresentado o novo ciclo de avaliação do INEP/MEC. Segundo os informes, todos
19 os cursos de todas as universidades brasileiras passarão a ser avaliados
20 regularmente em um ciclo trienal, que compreenderá: (1) um ano de avaliação via
21 ENADE (Prova Nacional Docente), (2) um ano pela Comissão Própria de Avaliação
22 (CPA), cuja atuação será avaliada pelo MEC, e (3) um ano com avaliação
23 presencial, *in loco*, de cada curso. A nota final do curso será composta por essas
24 três dimensões. Referindo-se ao ENADE, o Coordenador destacou como positiva a
25 implementação desse Exame como Prova Nacional Docente, uma vez que isso

promoverá uma maior dedicação e cuidado dos discentes com a realização da prova, tendo em vista que o resultado poderá ser utilizado como critério para participação em concurso, caso o edital do certame assim preveja. O Coordenador do Curso, em continuidade, afirmou que a avaliação do curso de Letras – Português está prevista para ocorrer em 2026. Ressaltou, em seguida, a necessidade de conclusão do novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), considerando que a avaliação do MEC inclui a análise da conformidade do PPC com as normativas vigentes. Avaliou como positivo o andamento das reformulações, visto que já definiram a estratégia que será utilizada para a curricularização da extensão, analisaram as disciplinas do Centro de Educação que serão incluídas no currículo e, no âmbito das áreas de Língua e Literatura, já foram definidas aproximadamente quais alterações irão ocorrer, restando agora a etapa de redação final, que demanda atenção aos critérios de avaliação do instrumento do MEC. O Coordenador do Curso destacou que o Questionário do Estudante da Prova Nacional Docente é muito importante nesse processo, pois está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a Matriz de Referência do Curso de Letras – Português. Segundo o professor Cirineu Cecote Stein, o referido questionário constitui um parâmetro fundamental para verificar se os critérios exigidos estão devidamente contemplados na estrutura curricular do curso. Foi destacado que o estágio não obrigatório precisa estar regulamentado no novo PPC, conforme determina a normativa de estágio vigente. Sucedendo-se na fala, a professora Mariana Lins Escarpinete alertou que, embora ainda não haja uma data definida para a avaliação, o ideal é que o PPC esteja finalizado no início de 2026. Sobre o mesmo tema, o professor Cirineu Cecote Stein acrescentou que o instrumento de avaliação do INEP deverá ser elaborado até o mês de março e que, em seguida, serão realizados os treinamentos necessários, o que indica que a aplicação da avaliação provavelmente não ocorrerá antes de maio. Ressaltou, contudo, que a alimentação do sistema pela Coordenação do Curso deve ocorrer logo após sua disponibilização, recomendando, portanto, que a finalização do PPC seja antecipada em relação a esse prazo. Em seguida, foi compartilhado um relato acerca do Seminário sobre a curricularização da extensão realizado pela ANDIFES, o qual foi transmitido pelo Youtube. Registrou que foi apresentado o dado de que apenas 2,4% das instituições brasileiras possuem seus Projetos Pedagógicos de Curso atualizados de acordo com a nova normativa. Destacou que, em sua maioria, os expositores abordaram a curricularização da extensão de forma simplificada, sem

qualquer problematização, atribuindo a não implementação nos PPCs à suposta resistência das instituições ou à falta de compreensão, por parte de professores e coordenadores, sobre o conceito de extensão. Ressaltou, ainda, a ausência de espaço para que as instituições incluídas nos 97,6% que ainda não realizaram as adequações pudessem expor as dificuldades enfrentadas no processo, o que comprometeu o caráter dialógico e colaborativo do encontro. Além disso, chamou atenção para a omissão de discussões mais aprofundadas sobre os entraves práticos relacionados à implementação efetiva da extensão nas escolas, tema central quanto à normativa vigente, mas abordado apenas superficialmente durante o evento. Analisando a questão, a professora Mariana Lins Escarpinete ressaltou que o elevado percentual de instituições que ainda não adequaram seus PPCs à curricularização da extensão se deve, em grande parte, à dificuldade de documentar essa curricularização de forma que atenda às exigências normativas. Além disso, apontou que ainda persistem incompreensões acerca da implementação desse processo, bem como a expectativa de que novas mudanças normativas venham a ocorrer. Em seguida, dando continuidade aos informes, a professora Fernanda Rosário de Mello relatou que os NDEs dos cursos de Letras – Francês, Espanhol e Inglês solicitaram ao DLPL a oferta da disciplina "Introdução aos Estudos Gramaticais", considerando sua importância formativa. O professor Cirineu Cecote Stein, na ocasião, comentou sobre o esvaziamento observado em alguns cursos de línguas estrangeiras e sugeriu a retomada do debate acerca da possibilidade de dupla habilitação, considerando as demandas do mercado de trabalho. Salientou, contudo, que o curso de Letras – Inglês já havia se manifestado contrariamente a essa proposta em discussões anteriores. Passou-se, em seguida, ao ponto 2.

Primeira etapa de preparação da reunião conjunta NDE/DLCV/DLPL/DFE/DHP/DME /Colegiado de Curso/DAULE – 18/08/2025. O professor Cirineu Cecote Stein informou que convidou a professora Mônica Nóbrega e o professor Rodrigo Freire para fazerem a abertura da reunião conjunta. Em seguida, comunicou que solicitou à professora Mônica Nóbrega que realizasse uma apresentação acerca da matriz orçamentária da UFPB, esclarecendo como ela é composta e alimentada a partir dos dados dos cursos. Destacou, como exemplo, o critério de aluno equivalente, que considera, entre outros fatores, o número de concluintes da graduação, e influencia diretamente na alocação de recursos. Solicitou ainda que fossem abordadas estimativas sobre o custo médio de manutenção de um estudante na Universidade. Posteriormente, informou que elaborou uma nova versão da

proposta de organização da reunião a partir do Questionário do Estudante, que contempla os eixos da nova avaliação e da Prova Nacional Docente. A proposta foi enviada anteriormente aos membros presentes. O Coordenador do Curso reforçou o objetivo da "reunião integradora", que consiste em apresentar a Prova Nacional Docente e discutir como o curso pode responder às novas exigências avaliativas, funcionando, assim, como um meio de avaliação interna e uma oportunidade de produzir melhores resultados a partir dessa avaliação. Pontuou que a apresentação deve se dar de forma clara e acessível a todos os docentes, independentemente da área de atuação, visando ampliar a compreensão do processo avaliativo. Em seguida, sugeriu que a reunião seja organizada em quatro partes temáticas, com tempo de exposição de aproximadamente 30 minutos por bloco. O professor Cirineu Cecote Stein destacou a importância de que todos os docentes tenham conhecimento da matriz de referência da Prova Nacional Docente e do questionário aplicado aos estudantes, considerando que o evento representa uma oportunidade formativa, inclusive para aqueles que ainda não haviam se aprofundado no documento. Foram citadas questões específicas do questionário (como as de números 24, 25, 29, 30, 33 e 50), que estão diretamente relacionadas às competências exigidas ao final do curso, como o domínio dos conhecimentos específicos da área e a capacidade de ensiná-los. Nesse sentido, foi ressaltado que tais competências devem ser abordadas ao longo de todas as disciplinas do curso, e não restritas às disciplinas de estágio ou didática, em consonância com a mais recente resolução que orienta os cursos de licenciatura a evidenciar, em sua estrutura, a parte prática da formação docente. Foi proposto que a apresentação do primeiro bloco, relacionado ao desenvolvimento dos componentes curriculares na Prova Nacional Docente seja realizada pelas Comissões de Ensino, Pesquisa e Extensão para dar protagonismo aos professores que estão à frente dessas comissões. Na ocasião, a professora Ana Cristina Marinho Lúcio esclareceu que as comissões, com a aprovação do novo regimento do DLCV, passaram a possuir caráter *ad hoc*, o que implica a necessidade de constituir uma comissão específica para essa apresentação. A segunda parte da apresentação foi definida como referente ao estágio supervisionado, didática e demais componentes curriculares, ficando sob responsabilidade da Comissão Interdepartamental de Estágio e do Departamento de Metodologia da Educação (DME). Esclareceu-se que os “demais componentes” mencionados correspondem às disciplinas do Bloco I do PPC, que estão relacionados a como ensinar os conteúdos em sala de aula. Também se

discutiu a importância de preparar o aluno para lidar com situações reais da prática docente, como elaboração de planos de aula, adaptação de conteúdos, resolução de conflitos em sala, estratégias de ensino, entre outras. Foi registrado, em seguida, que o Questionário do Estudante reflete esses objetivos, abordando questões como: “Aprendi a trabalhar em equipe?”, “Recebi *feedback* dos professores?”, “Fui incentivado a dialogar sobre minhas práticas pedagógicas?”, entre outras, que revelam a formação de um profissional apto a atuar na Educação Básica. Agregando elementos à discussão, a professora Mariana Lins Escarpinete destacou que é fundamental que os docentes estejam conscientes de que sua postura e práticas também formam — ainda que indiretamente — o olhar pedagógico do licenciando. Sugeriu ainda que essa dimensão implícita do ensino seja abordada nas falas das comissões, não apenas na de estágio, mas também nas comissões de ensino e pesquisa ao abordar o desenvolvimento dos componentes curriculares, visto que se relaciona à autoavaliação institucional, ao questionário interno e à maneira como os professores recebem e refletem sobre os retornos dos estudantes. A professora Mariana Lins Escarpinete enfatizou também que a proposta é estimular uma leitura mais construtiva e pedagógica dos *feedbacks* discentes, evitando interpretações personalistas e incentivando o aprimoramento contínuo da prática docente. Na sequência, discutiu-se a estrutura da Parte 3 da apresentação, que deverá abordar temas relativos à legislação educacional e à inclusão. O termo “inclusão” foi utilizado de forma abrangente, como um conceito guarda-chuva, abrangendo tanto aspectos legais quanto a prática inclusiva em sala de aula por parte do egresso do curso. O presidente do NDE apontou a necessidade de garantir que os estudantes recebam formação sólida sobre os fundamentos legais da profissão docente, incluindo temas como a BNCC, a matriz de referência e demais normativas educacionais. Levantou, diante disso, a preocupação quanto à distribuição dessa responsabilidade ao longo do curso. Relatou que, ao discutir a questão com o professor Joseval dos Reis Miranda, foi informado de que, embora algumas disciplinas tenham ementas que contemplem tais conteúdos, esses temas nem sempre são efetivamente abordados nas aulas — situação relacionada, em parte, ao perfil dos docentes responsáveis por esses componentes. Diante disso, o Coordenador do Curso afirmou que manterá diálogo com os departamentos da área de Educação, a fim de reforçar que essa responsabilidade precisa ser assumida de maneira mais clara e efetiva. Como ação imediata, registrou, será indicada aos estudantes uma disciplina optativa já existente no Centro de Educação, cujo conteúdo abrange a legislação educacional.

A possibilidade de incorporá-la futuramente ao núcleo obrigatório (Bloco 1) do PPC também será avaliada, considerando sua importância formativa. Para conduzir o terceiro bloco da apresentação, o Coordenador do Curso sugeriu o convite ao professor Joseval dos Reis Miranda, do Departamento de Metodologia da Educação (DME), que possui experiência no tema e atua regularmente com a disciplina de Didática. Além dele, foi sugerida a participação da professora Itacyara Viana Miranda, do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE), que também integra o colegiado do curso. Considerou-se estratégico seu envolvimento por representar tanto o Centro de Educação quanto o colegiado do curso de Letras. Outras docentes também foram mencionadas como possíveis colaboradoras, especialmente aquelas que acompanham a legislação educacional no contexto do MEC. A quarta parte da apresentação abordará, considerando-se a Prova Nacional Docente, de forma articulada, os seguintes eixos: a) Ingresso e conclusão; b) Extensão e pesquisa; c) Relacionamento; d) Formação profissional; e) Processo avaliativo; f) Infraestrutura; e g) Coordenação. A exposição dessa etapa ficou sob responsabilidade do Coordenador do Curso, Prof. Dr. Cirineu Cecote Stein. Foi proposta a realização de uma reunião de alinhamento com os docentes e membros das comissões envolvidos no dia 07/08/2025, às 14h, para detalhar a dinâmica e distribuir as responsabilidades sobre os blocos temáticos da reunião integradora. Por fim, reforçou-se que, mesmo com a limitação de tempo, é essencial reservar um momento ao final da reunião integradora para manifestações dos participantes, a fim de valorizar a escuta e promover uma participação mais democrática e acolhedora, especialmente por se tratar do primeiro encontro coletivo ampliado sobre o tema. Além disso, ficou acordado que as apresentações devem ser enviadas previamente via chefias departamentais, a fim de compor uma apresentação única para a reunião. Foi também sugerida a utilização do site do curso como plataforma para divulgação das informações e registros dos fóruns preparatórios. Posteriormente a essas questões, foi acordado o dia 06 de agosto de 2025, às 08h30, para retomada da discussão do PPC e finalização do fluxograma. Passou-se, posteriormente, ao ponto **3. Definição de texto para o ementário das Unidades Curriculares de Extensão**. Discutiu-se a necessidade de elaboração de um texto comum que contemple o caráter extensionista exigido pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, a ser inserido nas ementas das Unidades Curriculares de Extensão. Ficou acordado o seguinte texto: “Desenvolvimento de práticas extensionistas diversas, em instituições de Educação Básica, envolvendo

201 [inserir o conhecimento específico abordado na UCE]”. Não havendo mais itens a
202 serem discutidos, o presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Letras
203 – Português encerrou a reunião às dezessete horas. Após lida e aprovada, esta ata
204 segue assinada pelos membros presentes. João Pessoa, vinte e quatro de julho do
205 ano de dois mil e vinte e cinco.

Emitido em 24/07/2025

ATA Nº 0/2025 - CCHLA - CCLP (11.01.15.26)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/08/2025 10:11)
ANA CRISTINA MARINHO LUCIO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1347382

(Assinado digitalmente em 28/08/2025 09:47)
FERNANDA ROSARIO DE MELLO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
2528835

(Assinado digitalmente em 04/11/2025 11:04)
CIRINEU CECOTE STEIN
COORDENADOR(A) DE CURSO
1659268

(Assinado digitalmente em 28/08/2025 21:18)
MARIANA LINS ESCARPINETE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
3145057

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 0, ano: 2025, documento (espécie): ATA, data de emissão: 28/08/2025 e o código de verificação: 5e984751a4